	Euros
1.2) Pedido de informação prévia relativo à possibilidade de realização de operação de loteamento em terreno com área superior a 10 000 m ²	200
2) Acresce ao montante referido no número anterior:	
2.1) Por fogo ou fracção	50
3) Pedido de informação prévia relativo a obras de edificação:	
3.1) Moradias	30
3.2) Edifícios multifamiliares, por piso	100
3.3) Outras edificações	30

QUADRO XVII

Instalações especiais:	
1) Antenas de telecomunicações e similares	250
2) Licenciamento de áreas de serviço na rede viária municipal:	
2.1) Licença de funcionamento ou exploração	1 000
2.2) Averbamentos	500

Observação. — As taxas relativas à licença de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação, são determinadas de acordo com as previstas para o licenciamento de obras particulares.

3) Licenciamento de instalação de armazenamento de combustíveis e de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias:	
3.1) Apreciação dos pedidos de aprovação dos projectos de construção e de alteração	75
3.2) Vistorias relativas ao processo de licenciamento	75
3.3) Vistorias periódicas	50
3.4) Repetição da vistoria para verificação das condições impostas	50
3.5) Licença de exploração	750
3.6) Averbamentos	500
4) Inspeções periódicas, reinspeções e outras inspeções de ascensores, escadas rolantes e monta-cargas	200
5) Registo e licenciamento de minas e exploração de pedreiras e inertes	250

QUADRO XVIII

Assuntos administrativos:	
1) Averbamentos em procedimento de licenciamento ou autorização:	
1.1) Por cada averbamento	25
2) Emissão de certidão de aprovação de edifício em propriedade horizontal	35
2.1) Por fracção, em acumulação com o montante referido no número anterior	10
3) Outras certidões	20
3.1) Por folha em acumulação com o montante referido no número anterior	2,50
4) Fotocópias simples:	
A4, por folha	0,50
A3, por folha	0,75
4.1) Fotocópias autenticadas A3 ou A4, por folha	5
4.2) Fotocópias autenticadas para além da primeira	2,50
5) Conferição e autenticação de documentos externos	2,50
6) Plantas topográficas de localização em qualquer escala, por folha formato A4	1,50
6.1) Plantas topográficas de localização, em qualquer escala, noutros formatos	2,50
7) Plantas topográficas autenticadas de localização em qualquer escala, por folha formato A4	2,50
7.1) Plantas topográficas autenticadas de localização em qualquer escala, por folha noutros formatos	3

Disposições finais e complementares

1 — Dúvidas e omissões:
1.1 — Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão submetidos para decisão dos órgãos competentes, nos termos do disposto na Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com as suas posteriores alterações.

CÂMARA MUNICIPAL DE SEVER DO VOUGA

Aviso n.º 1585/2006 (2.ª série) — AP. — O Dr. Manuel da Silva Soares, presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga, faz público que, para os devidos e legais efeitos e fins convenientes, no uso da competência que lhe confere a alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações promovidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, por deliberação da Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 2006, foram aprovadas as alterações ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações, conforme estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da mencionada lei, proposta antes aprovada pelo executivo em 14 de Julho de 2005 e cujo aviso foi publicado sob o n.º 5872/2005, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 26 de Agosto de 2005.

23 de Maio de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel da Silva Soares*.

Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações

(alterações)

Artigo 14.º

Isenção de licença ou de autorização

3 —	
a)	
b)	
c) Estufas de jardim, abrigos para animais de estimação, domésticos, de caça ou de guarda, com área de implantação máxima de 20 m ² e altura máxima de 2,5 m, que cumpram a distância mínima regulamentar ao eixo do caminho/estrada e não confinantes com servidões administrativas, situados fora da zona de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação, não integrados em imóvel classificado ou em vias de classificação, situados fora do âmbito da REN ou da RAN;	
d) Construções de muros de vedação, com uma extensão máxima de 12 m, com altura máxima de 2 m, e desde que não integrados noutra operação urbanística, que cumpram a distância mínima regulamentar ao eixo do caminho/estrada e não confinantes com servidões administrativas, situados fora da zona de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação, não integrados em imóvel classificado ou em vias de classificação, situados fora do âmbito da REN ou da RAN, e que não impliquem a divisão do mesmo prédio pelos vários ocupantes;	
e)	
f)	
g)	
h)	
i)	
j) Construções de um só piso com cota de soleira próxima da cota do terreno que tenham uma área até 25 m ² , altura máxima de 3 m e se destinem a garagens, anexos de habitações (para arrumos, lavandarias ou equivalente), a lojas de apoio à actividade agrícola, a espigueiros e equivalentes e a alpendres, quando sejam a implantar fora das zonas com loteamentos e PP, que cumpram a distância mínima regulamentar ao eixo do caminho/estrada e não confinantes com servidões administrativas, situados fora da zona de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação, não integrados em imóvel classificado ou em vias de classificação, situados fora do âmbito da REN ou da RAN;	
k)	
5 —	
a)	
b)	
c) Extractos da planta de localização e dos PMOT em vigor e ou loteamentos;	
d)	
e)	

Artigo 15.º

Dispensa de discussão pública

1 —	
a) 4 ha;	
b) 100 unidades de utilização;	
c)	

Artigo 16.º

Impacte semelhante a um loteamento

Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, considera-se gerador de impacte semelhante a um loteamento:

- a) Toda e qualquer construção que disponha de duas ou mais caixas de escadas de acesso comum a fracções ou unidades independentes;
- b) Conjuntos de edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si que comportem fogos e unidades de utilização que somados atinjam um número igual ou superior a quatro.

CAPÍTULO VII

Taxas pela realização, reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas

Artigo 40.º

Taxas

1 —		
2 —	Se a construção ou ampliação das obras de edificação se encontrarem servidas por rede de abastecimento domiciliário de águas e rede de saneamento: $K = 0,003$; se a construção ou ampliação se encontrar servida por rede de abastecimento domiciliário de águas: $K = 0,002$; se a construção ou ampliação não se encontrar servida por nenhuma daquelas infra-estruturas: $K = 0,001$.	
3 —		
4 —		

Euros

TABELA ANEXA

QUADRO V

Taxa devida pela emissão de alvará de licença ou autorização de obras de edificação

3.5:		
3.5.1 — Para habitação unifamiliar:		
3.5.1.1 — Por metro quadrado para habitação		0,50
3.5.1.2 — Por metro quadrado para garagem/arrumos	...	0,35
3.5.2 — Para habitação multifamiliar:		
3.5.2.3 — Com comércio/escritórios/serviços:		
Por metro quadrado ou fracção e relativamente a cada piso		0,69
3.5.2.4 — Para garagens, arrumos		0,40
3.15 — Construção, reconstrução, ampliação ou alteração de aviários, pocilgas:		
3.15.1 — Por metro quadrado		0,50
3.15.2 — Outros fins igualmente agro-pecuários		0,50
3.16 — Construção, reconstrução, ampliação ou alteração de armazéns:		
3.16.1 — Por metro quadrado		0,55

QUADRO XIX

Valor das compensações

3 — Compensação pela não cedência de parcelas para infra-estruturas em operações de loteamento em que tal se não justifique ou em que a escassez de área não o permita:		
3.1 — Por metro quadrado de área que havia de ser cedida para a via pública e estacionamento, nos termos da Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro		12,50

CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

Aviso n.º 1586/2006 (2.ª série) — AP. — Torna público, que por meu despacho de 26 de Abril do corrente ano, foi deferido o pedido de rescisão do contrato administrativo de provimento da técnica superior de relações internacionais (estagiária) Sandra Paula Soares da Costa a partir do dia 26 de Abril do corrente ano, uma vez que

nesta data foi nomeada técnica superior de relações internacionais de 2.ª classe do quadro desta Câmara Municipal.

19 de Maio de 2006. — O Vereador, com competências delegadas, *Manuel Augusto de Bastos Carvalho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

Aviso n.º 1587/2006 (2.ª série) — AP. — Manuel João Fontainhas Condenado, presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, faz saber que, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 10 de Maio de 2006, o executivo camarário deliberou a aprovação da elaboração do Plano de Pormenor do Estudo Global do Plano da Intervenção do Espaço Rural — UNOR 3 — Herdade da Vigária, em Bencatel.

Na mesma reunião, também foi deliberada a aprovação da abertura do período de apreciação pública, a fim de serem apresentadas propostas/sugestões, no prazo de 15 dias úteis.

Para conhecimento geral publicam-se o presente aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

19 de Maio de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel João Fontainhas Condenado*.

Aviso n.º 1588/2006 (2.ª série) — AP. — *Lista de antiguidade.* — Para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que, por despacho de 18 de Maio de 2006 do presidente desta Câmara Municipal, foi afixada nas respectivas instalações a lista de antiguidade dos funcionários desta autarquia.

22 de Maio de 2006. — O Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*.)

Edital n.º 325/2006 (2.ª série) — AP. — Manuel João Fontainhas Condenado, presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, faz público que a Assembleia Municipal de Vila Viçosa, na 3.ª sessão ordinária, realizada no dia 29 de Abril de 2006, aprovou parte da proposta de regulamento de trânsito de Vila Viçosa (3.ª alteração), a qual, sob forma de projecto, foi publicada na íntegra no apêndice n.º 161 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 14 de Dezembro de 2005, e objecto de apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, como segue:

«CAPÍTULO IV

Artigo 15.º

3 — Sinalização de trânsito:

3.1 — Sentido proibido.

Zona II:

.....
Rua de Luís Casadinho, a partir do entroncamento com a Rua da Cruz, em direcção à Avenida dos Duques de Bragança.

3.2 — Estacionamento proibido:

Zona II:

.....
Rua de Luís Casadinho, à direita a partir do entroncamento com a Rua de António Joaquim de Barros.»

Para constar e legais efeitos se faz público o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, (*Assinatura ilegível*), chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o subscrevi.

18 de Maio de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel João Fontainhas Condenado*.